

Na Mesa de Negociação, ANFIP apresenta reivindicações dos servidores federais



Na segunda reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente, realizada no dia 28 de fevereiro, o presidente da ANFIP, Vilson Romero, defendeu a revogação urgente de medidas anticlassistas, a retirada definitiva da PEC 32/20 (reforma administrativa) da pauta da Câmara dos Deputados, a solução dos acordos salariais não cumpridos e a regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (negociação coletiva e direito de greve dos funcionários públicos).

Os pleitos foram apresentados ao secretário de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho, Sérgio Mendonça, à diretora de Relações de Trabalho, Edina Maria Rocha Lima, e ao coordenador-geral de Negociação Sindical, José Borges, em reunião realizada na sede do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), em Brasília, com a participação de entidades do Fórum Nacional de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e de representações não vinculadas a nenhum dos colegiados.

Romero foi um dos interlocutores que falou em nome do Fonacate, juntamente com Rudinei Marques, presidente, e Julienne Correa Guerra, do Sindsusep. Das medidas emergenciais elencadas, o presidente da ANFIP destacou a necessidade de regulamentação imediata do Decreto 11.411/23. “A Cogep do Ministério da Fazenda não recebeu orientação para que os servidores licenciados para mandato classista voltem à folha de pagamentos. É urgente que isso aconteça”,

frisou. Da lista do “revogaço”, Romero citou as Instruções Normativas 5/17, 2/18 e 54/22; as Portarias 972/19, 15.543/20 e 10.123/22, e os Decretos 9.794/19 e 10.620/21.

Rudinei Marques reafirmou a **contraproposta** de 13,5% de reajuste salarial e a equiparação do auxílio alimentação com os demais Poderes até 2026, apresentadas pelo Fonacate no dia 24 de fevereiro, e Julienne Guerra destacou a necessidade de reajuste não só do auxílio alimentação, como também de outros benefícios, entre eles o auxílio creche, “per capita” saúde, indenização de transporte e diárias.

Nesta rodada de negociação, o governo apenas ouviu as demandas das representações dos servidores e prometeu analisar com a Junta Executiva Orçamentária (JEO), formada pelos ministros da Casa Civil, Fazenda, Planejamento e Gestão. Uma nova reunião foi agendada para o dia 7 de março, para a apresentação de uma proposta final pelo governo. “Vamos tentar dar um desfecho o mais rápido possível para essa negociação emergencial”, disse Mendonça, ainda que o reajuste não possa ser mais efetivado em março, devido a questões operacionais da folha de pagamentos. “Vamos trabalhar de abril pra frente”, adiantou.

Na oportunidade, Mendonça afirmou ainda que o governo vai encaminhar a solicitação de retirada da PEC 32/20 para o Congresso Nacional, porém explicou que essa decisão também deve ser deliberada pelo Congresso Nacional.

Proposta referendada – A contraproposta apresentada pelo Fonacate foi referendada pela Pública Central do Servidor, da qual a ANFIP faz parte. A aprovação ocorreu em reunião da diretoria, realizada no dia 27 de fevereiro, e considerou a necessidade de união das categorias.

Além disso, durante a reunião, que contou com a participação do presidente Vilson Romero e do vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Gilberto Pereira, os diretores da Pública determinaram a criação de um grupo de trabalho responsável por discutir e acompanhar as pautas, inclusive não remuneratórias, a serem tratadas na Mesa de Negociação, que deve ser composto por representantes das entidades de servidores que integram a Central.

Live comemora Dia Internacional da Mulher; increva-se
PÁGINA 2

ANFIP participa de trabalhos do GT da Reforma Tributária
PÁGINA 3

Confira regras do IRPF 2023; obtenha seus comprovantes
PÁGINA 5

Live comemorativa: Inscreva-se para concorrer a brindes no Dia Internacional da Mulher

Vem aí mais uma programação especial da [TV ANFIP!](#) Será no dia **8 de março**, quando se comemora o Dia Internacional da Mulher, com transmissão ao vivo pelo canal do YouTube, às **15 horas**.

Como é feito tradicionalmente pela ANFIP, além de muitas homenagens, incluindo depoimentos de autoridades e parlamentares, música e poesia, serão realizados sorteios dos seguintes brindes:

- 2 smartphones;
- 2 tablets; e
- 2 vales-brinde no valor de R\$ 1.000 cada.

E atenção! Todas as associadas e os associados podem concorrer aos sorteios, basta inscrever-se para participar ([clique aqui](#)). Outra informação importante é que para receber o brinde, o contemplado **precisa estar on-line e se identificar durante a transmissão**.

Será uma tarde animada, com momentos de alegria, descontração e, porque não, reencontro virtual com colegas de todo o Brasil, que poderão conversar através do chat.

Para não perder nenhuma notificação deste e dos próximos eventos da ANFIP, aproveite e inscreva-se também no canal da [TV ANFIP do YouTube](#) e clique no “sininho”.

LIVE
COMEMORATIVA
Dia Internacional da
Mulher

08/MARÇO
15 HORAS
ANFIP NACIONAL

2 celulares
2 tablets
2 vales-brindes

Inscreva-se e participe dos sorteios

ANFIP
Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil
www.anfip.org.br

ANFIP pede ingresso como *amicus curiae* na ADI do voto no Carf

A ANFIP entrou, no dia 2 de março, no Supremo Tribunal Federal (STF), com pedido de ingresso como *amicus curiae* na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7347, ajuizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que é contra o restabelecimento do voto de qualidade no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), previsto na Medida Provisória 1.160/23.

A ANFIP, ao fornecer subsídios ao julgamento que será feito pelo STF, como “amiga da Corte”, defende o restabelecimento do voto de qualidade. A Entidade, inclusive, por meio da ADI 6415, foi uma das primeiras a pugnar pela inconstitucionalidade do art. 28 da Lei 13.988/20, que impossibilitou que conselheiros representantes da Fazenda Nacional, presidentes de Turmas e Câmaras, desempatassem os julgamentos em favor da União.

Mais um lote de cálculos do acordo da Gifa está disponível para consulta

Mais um lote de cálculos para o acordo da execução judicial da Gratificação de Incremento à Fiscalização e Arrecadação (Gifa) está disponível para consulta na plataforma [gifa.anfip.org.br](#). Este é o 15º lote divulgado pela ANFIP.

Acesse a plataforma para verificar se o nome consta na listagem. No mesmo endereço eletrônico há um termo de acordo que deverá ser assinado, digitalizado e anexado com cópia do RG/CPF. Também é preciso enviar o comprovante de pagamento no valor de R\$ 152,00, para associados, ou R\$ 302,00, para não associados.

A ANFIP ressalta que **o envio deve ser feito o mais rápido possível**, para que a Entidade e o escritório contratado possam dar continuidade ao petiçãoamento e aguardar a homologação do acordo com a consequente expedição do precatório.

Aproveite para conferir [aqui](#) a matéria exclusiva com os principais questionamentos dos associados sobre o assunto. Se necessário, entre em contato com o setor Jurídico pelo WhatsApp (61) 98176-9051, telefone 3004-9197 ou e-mail juridico@anfip.org.br.

Expediente

LINHA DIRETA é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
Sede: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Envie seus comentários sobre o **LINHA DIRETA** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETORA RESPONSÁVEL
Marluce do Socorro da Silva Soares

EDITORA
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Ludmila Machado,
Marina Rodrigues e Thayná Cavalcante.

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino



www.instagram.com/anfipnacional

www.facebook.com/anfip.nacional

www.twitter.com/anfipnacional

www.youtube.com/anfipoficial

ANFIP participa do início dos trabalhos do GT da Reforma Tributária na Câmara



O vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Gilberto Pereira, participou da reunião extraordinária do Grupo de Trabalho da Câmara dos Deputados, no dia 1º de março, na qual foi aprovado o cronograma de atividades para debater a reforma tributária.

O plano de trabalho foi detalhado pelo relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB), que informou que as reuniões do grupo ocorrerão sempre às terças e quartas-feiras. Segundo o coordenador, deputado Reginaldo Lopes (PT/MG), o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pretende votar a matéria ainda em maio.

Lopes também afirmou que o governo federal não encaminhará nenhuma proposta, pois serão analisadas prioritariamente as PECs 110/2019 e 45/2019, que já tramitam no Congresso Nacional.

Na oportunidade, Gilberto Pereira entregou ao coordenador, ao relator e a diversos integrantes do grupo de trabalho a [cartilha com propostas de mudanças nos tributos](#), formulada pela ANFIP em parceria com Fenafisco e Sindifisco Nacional.

A ANFIP irá continuar atuando na interlocução com os parlamentares em busca da aprovação de um projeto que consolide um sistema tributário mais justo e de inclusão no texto constitucional de garantias à autonomia das administrações tributárias.

Confira [aqui o cronograma](#) completo das audiências.

ANFIP sugere medidas para aperfeiçoar atendimento da Previdência Social

O vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Gilberto Pereira, participou de reunião com o ministro da Previdência, Carlos Lupi, no dia 28 de fevereiro, para apresentar propostas de aperfeiçoamento da estrutura de atendimento do Ministério responsável pela gestão do seguro social brasileiro.

O dirigente entregou documento que destaca os principais problemas estruturais, como a redução do quadro funcional; o fechamento de agências físicas; a desatualização cadastral que limita a concessão automática de direitos; a precariedade do serviço de teleatendimento; a migração do atendimento presencial para canais remotos; a reduzida inclusão digital dos trabalhadores de menor renda; as limitações técnicas do canal digital; e inúmeros indeferimentos desnecessários, em decorrência de protocolos imprecisos.

O documento também externa a preocupação da ANFIP com o direcionamento da gestão das aposentadorias e pensões da União para o já sobrecarregado Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e com os problemas enfrentados pelos órgãos fiscalizadores dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e pelo Regime de Previdência Complementar (RPC). Gilberto frisou ainda que a Entidade segue à disposição para atuar conjuntamente em



defesa do sistema de Seguridade Social.

Carlos Lupi destacou que um dos maiores desafios é o atendimento da perícia do INSS e está preparando um mutirão para reduzir a fila de espera. “Temos hoje 1,7 milhão de brasileiros à espera do seu direito e mais de 900 mil não conseguem avançar por falta de atendimento da perícia. Estamos atuando com muito cuidado para superar as mazelas que herdamos [do governo anterior], até o final do ano teremos um novo INSS, mas leva tempo”, disse.

O ministro informou que o governo pretende reduzir a taxa de juros nos empréstimos consignados de aposentados e pensionistas do INSS. Para o ministro, a atual situação dos juros do consignado é “criminososa”. Foi deliberada a criação de um grupo de trabalho e já está sendo elaborado estudo

técnico para embasar as decisões. Lupi destacou ainda que a discussão sobre os efeitos negativos da Reforma da Previdência também é uma prioridade e solicitou ajuda dos dirigentes na missão de reconstruir o sistema de Seguridade Social. “Vocês são parceiros e preciso de vocês para ampliar nosso acordo de cooperação. Quero que cada entidade que representa um segmento seja divulgador lá na comunidade.”

Participaram do encontro o secretário de Regime Próprio e Complementar, Paulo Roberto dos Santos Pinto, o presidente do INSS, Glauco Wamburg, e representantes da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), do Sindicato Nacional dos Aposentados Pensionistas e Idosos (Sindnapi) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (Contag).

Conselho de Representantes realiza primeira reunião de 2023

Em formato virtual, os membros do Conselho de Representantes realizaram a primeira reunião do ano, em 27 de fevereiro, conduzida pelo coordenador, Carlos José de Castro.

Durante o encontro, foram analisados e aprovados documentos referentes aos trabalhos desenvolvidos ao longo de 2022, como pareceres do Conselho Fiscal e da Comissão de Finanças, bem como os relatórios de atividades do Conselho Executivo da ANFIP.

Também foram anunciados os eventos e projetos planejados para 2023, incluindo a continuidade do Projeto Sociocultural nos estados, o projeto “60 Menos” e a deliberação sobre a realização da V Convenção Nacional Extraordinária (V CNE) e do [I Encontro do Centro-Oeste](#).



Na ocasião, o presidente Wilson Romero esclareceu diversos aspectos de temas em debate no encontro e prestou contas da atuação do Conselho Executivo.

Parlamentar solicita sessão especial no Senado em homenagem aos 73 anos da ANFIP



O senador Paulo Paim (PT/RS) encaminhou um requerimento ao presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (DEM/RO), para realização de Sessão Especial em comemoração aos 73 anos da ANFIP. A equipe do parlamentar

segue coletando assinaturas de apoio ao documento.

No texto, foi exaltada a entidade associativa, que representa e defende os servidores das carreiras Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil, com destaque para o reconhecimento nacional conquistado ao longo dos anos pelas constantes lutas em prol dos direitos sociais, da Previdência Social pública e por uma sociedade justa e igualitária.

“É inegável a contribuição da ANFIP como referência nas áreas tributárias, aduaneira e previdenciária para valorização do exercício dessas atividades e defesa dos direitos sociais e garantias fundamentais. Nada mais justo que o Senado Federal celebre esta data que marca a passagem de 73 anos da entidade”, disse o senador.

O aniversário acontece no dia 22 de abril e terá uma programação especial aberta ao público, a ser divulgada em breve.

ANFIP prestigia evento da Fenafisco

O presidente Wilson Romero e o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Gilberto Pereira, participaram, no dia 28 de fevereiro, da cerimônia de descerramento da foto de Charles Alcântara na galeria de presidentes da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco).

A Fenafisco é parceira da ANFIP no projeto Reforma Tributária Solidária, trabalho iniciado em 2018, durante a gestão do agora ex-presidente da Federação, Charles Alcântara.

Romero saudou o homenageado pela sua trajetória à frente desta importante entidade e, também, para o atual presidente da Federação, Francelino Valença, ressaltou a importância de dar continuidade aos trabalhos conjuntos em defesa da administração tributária nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal).



IR 2023: Receita Federal divulga novas regras

A Receita Federal do Brasil [divulgou](#), no dia 27 de fevereiro, as novas regras para a declaração do ajuste anual do Imposto Renda 2023 (ano-base 2022), cujo prazo para entrega se inicia em 15 de março, encerrando-se em 31 de maio. Todas as regras de apresentação da declaração de ajuste anual estão na Instrução Normativa RFB nº 2.134/23, confira [aqui](#).

Comprovante - Os servidores públicos ativos, aposentados, pensionistas e ex-servidores do Executivo Federal já podem obter o **Comprovante de Rendimentos** para fins de Declaração do Imposto de Renda por meio da **plataforma SouGov.br**, acessível pelo aplicativo ou na [versão web](#).

O usuário deve acessar a função “Rendimentos IRPF”, que está entre os serviços de “Autoatendimento” na tela principal, e baixar o comprovante referente ao ano 2022. Outra forma é acessando o caminho: Menu > Financeiro > Rendimentos IRPF.

Caso tenha recebido rendimentos em 2022 em **mais de um vínculo** (Órgão – Uorg – Matrícula), será necessário emitir mais de um comprovante para cada um deles. **O procedimento é simples:** selecione o respectivo “Órgão – Uorg – Matrícula” na página principal do SouGov.br e depois acesse a função “Rendimentos IRPF”, conforme orientação anterior, repetindo o procedimento para cada vínculo.

- Em caso de dúvidas adicionais, confira o passo a passo no [Portal do Servidor](#).
- Sobre a plataforma Sougov.br, acesse a página [gov.br/servidor/sougov](#).

Declaração pré-preenchida - Os usuários da plataforma Gov.br terão prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda (IR). Conforme anunciado pela Receita

Federal, os contribuintes que fizerem a declaração pré-preenchida do IR, que é acessada com a conta Gov.br, e os que optarem por receber as restituições via PIX passarão na frente da fila de pagamento este ano.

A declaração pré-preenchida vai estar disponível a partir de 15 de março, já na abertura do prazo de entrega do IR. O contribuinte, ao optar por ela, ganha tempo – as informações repassadas no ano anterior são automaticamente importadas para a declaração atual, e agora também prioridade. Entretanto, só quem tem conta ouro ou prata no Gov.br poderá acessar esse serviço, que também é gratuito.

Demonstrativos Geap - Os beneficiários do plano de saúde da Geap podem acessar o demonstrativo anual dos pagamentos, para efeitos da declaração do IRPF 2023, na área restrita do site da operadora. Clique [aqui](#), informe CPF e senha, depois, clique em “entrar” para acessar a página.

Aqueles que tiveram o plano cancelado em 2022 e tiveram despesas com plano de saúde e/ou reembolsos médicos, poderão solicitar o demonstrativo pela Central de Atendimento da Geap Saúde (0800 728 8300) ou nas Unidades Administrativas.

Campanha Destinação – Você sabia que é possível destinar parte do seu imposto para ajudar crianças, adolescentes, idosos e projetos culturais, audiovisuais e desportivos? As pessoas que optam pelo modelo completo podem doar até 6% do imposto devido diretamente na declaração.

Ao preenchê-la, clique na ficha “Doações diretamente na declaração”. O próprio programa calculará o valor disponível para destinação diminuindo o imposto a pagar ou aumentando a restituição. Em seguida, escolha o Fundo que vai receber a doação e imprima a Darf para o pagamento.

ANFIP debate Convenção da OIT com confederações



O presidente Vilson Romero participou, no dia 2 de março, do Seminário de Relações Sindicais na Administração Pública, realizado em Brasília, que reuniu lideranças representativas do funcionalismo público, especialistas e autoridades no debate sobre estratégias para a aplicação da Convenção 151 da Organização Internacional do

Trabalho (OIT) no Brasil.

O evento foi promovido pela Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), em parceria com a Confederação Nacional das Carreiras e Atividades Típicas de Estado (Conacate), Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Cíveis (Cobrapol) e Confederação Nacional dos Servidores Públicos Municipais (CSPM).

A Convenção 151, de 1978, contém princípios que regulamentam a organização sindical, a negociação coletiva e o direito de greve para as categorias do setor público. Neste sentido, Vilson Romero ressaltou que essa é ainda uma das principais pautas dos servidores públicos, que têm enfrentado dificuldades legislativas e políticas para a efetiva implementação.

Durante o seminário, diversas ações foram propostas pelos participantes, entre elas o desarquivamento do Projeto de Lei 711/2019, de autoria do ex-senador Antônio Anastasia (MG), que já teve, inclusive, parecer publicado, sendo este de autoria do senador Jaques Wagner (PT/BA). Ao mesmo tempo, as confederações anunciaram a possibilidade de nova denúncia à OIT pelo descumprimento da Convenção.

AÇÃO FISCAL

RFB apreende 225 mil maços de cigarros contrabandeados

No contexto da Operação Caminhos Espúrios, o Núcleo Operacional de Repressão ao Contrabando e Descaminho da 8ª Região Fiscal (Nurep08), em conjunto com a Polícia Militar Rodoviária do estado de São Paulo, apreendeu, no dia 28 de fevereiro, um caminhão carregado com aproximadamente 225 mil maços de cigarros contrabandeados.

Após trabalho de inteligência da Receita Federal, foi identificado um caminhão suspeito transitando pela Rodovia SP280. A Polícia Militar Rodoviária realizou então a abordagem do caminhão na região de Barueri/SP.

O motorista foi preso em flagrante e conduzido à Delegacia da Polícia Federal.

O caminhão e a carga de cigarros contrabandeados foram apreendidos e encaminhados ao Depósito da Receita

Federal em Araraquara/SP para formalização do processo para aplicação da pena de perdimento. Foi também efetuado o lançamento da multa de R\$ 2,00 por maço. O valor total da apreensão foi de aproximadamente R\$ 1,6 milhão.

Somente nos dois primeiros meses de 2023, o Nurep08 já apreendeu 1,75 milhão de maços de cigarros contrabandeados, 537 Kg de maconha e seis caminhões nas rodovias paulistas. Um prejuízo de mais de R\$ 15 milhões para o crime organizado.

A atuação da Receita Federal no combate ao contrabando de cigarros visa à proteção da sociedade e da saúde das pessoas, além de impedir o enriquecimento e a estruturação das organizações criminosas.

Fonte: Receita Federal

ESTADUAIS

Como declarar precatório recebido no ano passado? Seminário da ANFIP-SP vai tirar suas dúvidas



Seminário

Declaração do Imposto de Renda
Precatório dos 28,86%

Data: 8 de março

Horário: das 14h às 17h

Local: Hotel Renaissance

Alameda Santos, 2233
Jardim Paulista, São Paulo - SP

**Vagas limitadas
Participe!**

Transmissão ao vivo:
YouTube / ANFIP-SP

Ribeiro Júnior, que é Auditor-Fiscal. Entre os assuntos abordados estão dúvidas sobre Rendimentos Recebidos Acumuladamente (RRA), juros sobre os precatórios, honorários advocatícios, documentação necessária em caso de malha fina, venda de precatórios, isenção, entre outras. Ribeiro Júnior também responderá as dúvidas dos associados que estiverem no hotel. A mediação será feita pela jornalista Fátima Gamero.

A ANFIP-SP agradece ao delegado titular da Derpf, Claudio Affonso de Andrade, pelo apoio na realização do seminário.

Após a apresentação, será servido um coffee-break.

Youtube – Os associados que não puderem participar do seminário presencialmente poderão acompanhar a transmissão completa no canal do Youtube da ANFIP-SP e suas eventuais dúvidas, enviadas pelo chat, serão respondidas por um integrante da Receita Federal em tempo real.

Para participar – As inscrições, gratuitas, devem ser feitas junto à Secretaria da ANFIP-SP, pelo e-mail contato@anfip-sp.org.br ou telefone (11) 3121-5170, com Nilson.

Fonte: ANFIP-SP

A ANFIP-SP – Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil em São Paulo – vai realizar um seminário com colegas da Delegacia de Pessoas Físicas da Receita Federal do Brasil (Derpf) voltado para os associados que receberam precatórios no ano passado, dos 28,86%, e devem fazer declaração de ajuste anual do Imposto de

Renda para a Receita Federal.

Anote na agenda: o evento será no **Renaissance Hotel São Paulo** (Alameda Santos, 2233, Jardim Paulista, São Paulo), no dia **8 de março**, das **14h às 17h**.

A apresentação será feita pelo supervisor do Programa do Imposto de Renda (PIR), Ricardo Roberto Mendes

BENEFÍCIOS E CONVÊNIOS

Clube de Vantagens: Mês da Mulher com ofertas especiais!

O Mês da Mulher chegou e, com ele, novos descontos imperdíveis no seu Clube de Vantagens! Aproveite os cupons para presentear com Vivara, Sephora, L'Occitane, Forever Liss e outras referências do universo das joias e cosméticos.

Acesse o site anfip.temvantagens.com.br e confira as condições.



Conheça as vantagens de se associar à Cooperforte

Funcionário de banco público federal, servidor público federal, estadual ou distrital, ou empregado de empresas ligadas a essas esferas, da ativa ou aposentado, têm três principais motivos para escolher a parceira Cooperforte, a Cooperativa



de Crédito com soluções financeiras pensadas para atender seus associados.

O primeiro, para quem precisa de **crédito**: na Cooperforte os associados têm limite pré-aprovado, com base na renda comprovada, com taxas a partir de 2,09% ao mês e prazos de 4 a 96 meses. Conheça as linhas de crédito disponíveis!

O segundo, para quem deseja **investir** em Renda Fixa: a Cooperforte pratica uma das melhores rentabilidades do mercado, com segurança atestada pelo rating brA+ e A+.br certificados pelas agências Austin e Moody's, respectivamente. Conheça as opções de Recibo de Depósito Cooperativo (RDC), com rentabilidade a partir de 103% do CDI e garantia do FGCoop de R\$ 250 mil por investidor; ou Letra Financeira da Cooperforte (LFC),

com rentabilidades pré e pós-fixadas e prazo fixo de dois anos, com resgate exclusivamente no vencimento.

O terceiro, a participação nas **sobras**, distribuídas na proporção dos negócios realizados ou mantidos no período. Em 2022, após a distribuição das sobras referentes ao exercício de 2021, a rentabilidade média dos investimentos da Cooperforte atingiu o equivalente a 139,86% do CDI. Já para os tomadores de empréstimos, o recebimento das sobras significa a devolução de parte dos juros pagos no exercício.

Associe-se! O atendimento é 100% digital, da associação à contratação do crédito ou do investimento. Aproveite os benefícios e faça suas operações pelo App Cooperforte ou pelo autoatendimento.cf.coop.br.

Jusprev: Confira a rentabilidade do Planjus no mês de janeiro

Prezando pela transparência nas informações, a Jusprev divulga mensalmente para seus participantes e assistidos os números referentes à rentabilidade do plano de previdência associativo das carreiras da magistratura e dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, o Planjus.

A entidade ressalta que sua carteira de investimentos é conservadora, prezando pela segurança do patrimônio de seus participantes. As estratégias da carteira passam sempre pela análise do Comitê de Investimentos, formado por participantes da Jusprev e pela consultoria em investimentos Aditus.

Esse e outros assuntos, como a redução da taxa de administração anual a partir de março e informações sobre o efeito da tributação no momento do resgate, foram abordados na última edição do informativo Jusprev Online, que pode ser conferida [aqui](#).

Taxa de administração – Também nesta semana, no dia 27 de fevereiro, a Jusprev divulgou a redução da taxa de administração anual, que passou a ser 0,675%. Esta diminuição significativa confere mais vantagens para os participantes,

que já são isentos de taxas de carregamento mensal – prática comum em bancos e seguradoras, e agora poderão obter resultados ainda mais satisfatórios com os valores revertidos ao saldo previdenciário.



1º ENCONTRO CENTRO OESTE



dos Auditores Fiscais da
Receita Federal do Brasil

4 a 7 MAIO

Pirenópolis (GO)

2023

Centro de
Convenções da
Pousada dos Pireneus

Apoio:



Associação Nacional dos Auditores Fiscais
da Receita Federal do Brasil

Realização:



Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil no Distrito Federal



Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil em Goiás



Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil em Mato Grosso do Sul



Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil em Mato Grosso

FALE COM A ANFIP

GERAL

(61) 3251-8100
0800 701 6167 (somente telefones fixos ou
públicos)
E-mail: ouvidoria@anfip.org.br

APOSENTADORIAS E PENSÕES

3004-1200 (custo de ligação local)
(61) 99973-5776 (WhatsApp)
E-mail: aposentadoriasepensoes@anfip.org.br

CADASTRO

(61) 99938-4548 (WhatsApp)
E-mail: cadastro@anfip.org.br

COMUNICAÇÃO SOCIAL

(61) 98289-5150 (WhatsApp)
E-mail: comunicacao@anfip.org.br

JURÍDICO

3004-9197 (custo de ligação local)
(61) 98176-9051 (WhatsApp)
(61) 3251-8121 / 8123 / 8126
E-mail: juridico@anfip.org.br

PRESIDÊNCIA

E-mail: presidencia@anfip.org.br

SECRETARIA

(61) 98151-7925 (WhatsApp)
E-mail: secretaria@anfip.org.br

SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

3004-9196 (custo de ligação local)
(61) 98366-6006 (WhatsApp)
E-mail: assistenciais@anfip.org.br
MarktClub: 0800 932 0000 – Ramal: 4199
Benevix (Concierge): (27) 99663-6339
concierge@benevix.com.br
Benevix/Unimed: 0800 606 7272
Geap: 0800 728 8300



ANFIP

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES
FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL



ANFIP